

As Contradições do Sionismo: Um Projeto Político Construído sobre Dissonância Cognitiva

O Estado moderno de Israel, como a personificação política do sionismo, é construído sobre uma série de contradições tão gritantes que exigem não apenas contorcionismo ideológico, mas a suspensão da lógica jurídica, moral e histórica. Longe de ser o refúgio democrático que proclama ser, Israel institucionalizou a supremacia etnonacional, impôs a ocupação militar e praticou engano sistemático – apoiando-se numa arquitetura de propaganda que desmorona sob o peso de suas próprias inconsistências.

Falar a verdade sobre Israel não é atacar a identidade judaica. Pelo contrário: alguns dos oponentes mais vocais e principistas do sionismo foram intelectuais, cientistas, rabinos e sobreviventes do fascismo judeus – entre eles **Albert Einstein**, que, em uma carta de 1948 ao *The New York Times*, chamou o líder sionista **Menachem Begin** de fascista. Criticar Israel não é ser antissemita; é resistir à decadência moral e política que o sionismo causou à tradição judaica de justiça e ao povo palestino, que paga diariamente o preço de suas contradições.

Um Estado “Judaico e Democrático”: Um Oxímoro na Prática

Israel afirma ser ao mesmo tempo um Estado judaico e uma democracia para todos os seus cidadãos. Essa afirmação é mais do que uma contradição; é uma falsidade cuidadosamente construída. A **Lei do Estado-Nação de 2018** declara explicitamente que “o direito à autodeterminação nacional no Estado de Israel é exclusivo do povo judaico”. O árabe, antes uma língua oficial, foi rebaixado. Enquanto isso, **20% da população de Israel – cidadãos palestinos – são legalmente de segunda classe**, com acesso negado à igualdade em moradia, educação e influência política.

Como um Estado fundado na exclusividade étnica pode se dizer democrático? Não pode. Nenhuma democracia digna desse nome consagra hierarquia racial ou religiosa em sua lei fundamental. A democracia de Israel funciona para judeus, e apenas para judeus.

Crítica como Antissemitismo: Um Escudo contra a Responsabilidade

A equiparação de **críticas a Israel com antissemitismo** não é apenas ilógica – é intelectualmente desonesta. Ao endossar definições como a **definição de trabalho da IHRA**, Israel transforma o sofrimento judaico em arma para silenciar a oposição. Igualam-se aqueles

que se opõem ao apartheid, à ocupação e à limpeza étnica aos antissemitas, ignorando os muitos judeus – religiosos e seculares – que condenam o sionismo como uma traição à ética judaica.

Einstein, **Hannah Arendt** e **Martin Buber** alertaram que um Estado judaico construído sobre nacionalismo e violência terminaria em tirania. Grupos contemporâneos como **Jewish Voice for Peace**, **IfNotNow** e judeus ortodoxos antissionistas, como **Neturei Karta**, continuam essa tradição. Mas, no quadro ideológico de Israel, esses judeus são difamados como “autoodiadores”, uma ironia grotesca para um Estado que afirma representar todos os judeus.

Essa simplificação da identidade judaica em uma narrativa sionista monolítica é um ataque à pluralidade judaica – e uma profunda traição à história judaica.

Guerra Jurídica Seletiva: Direito Internacional como Teatro Político

Quando hospitais em Gaza são bombardeados por jatos israelenses, a resposta é silêncio ou ofuscação: “O Hamas os usava como base”. Quando um míssil iraniano causa danos perto de um hospital israelense, é imediatamente rotulado como **crime de guerra**. Isso não é raciocínio jurídico – é relações públicas disfarçadas de justiça.

Israel seleciona o direito internacional a seu bel-prazer. Invoca o direito à autodefesa sob o **Artigo 51 da Carta da ONU**, mas rejeita resoluções vinculantes do **Conselho de Segurança da ONU** e decisões do **Tribunal Internacional de Justiça**. Opera acima da lei porque seu principal aliado, os Estados Unidos, garante impunidade nos mais altos níveis.

Esse não é o comportamento de uma democracia regida por normas – é o comportamento de um ator desonesto protegido pelo poder.

Menachem Begin: De Terrorista a Primeiro-Ministro

Talvez a contradição mais gritante na narrativa de Israel de “combate ao terrorismo” esteja na vida de **Menachem Begin**, fundador do partido de direita Likud e sexto primeiro-ministro de Israel. Antes de sua ascensão política, Begin foi o comandante da **Irgun**, um grupo paramilitar sionista responsável por uma série de inegáveis **ataques terroristas**:

- O **massacre de Deir Yassin** (1948): Mais de 100 civis palestinos foram mortos.
- O **ataque ao Hotel King David** (1946): 91 pessoas foram mortas em um centro administrativo britânico.
- Os **ataques à embaixada britânica** em Roma e ao **Hotel Sacher** em Viena foram atos de terrorismo internacional.
- O governo do Mandato Britânico colocou uma **recompensa de £10.000** pela captura de Begin. Ele era, por todas as definições legais e políticas da época, um **terrorista**.

No entanto, Begin mais tarde entrou para o Knesset israelense, fundou o partido Likud e se tornou primeiro-ministro. Hoje, seu nome adorna rodovias e instituições acadêmicas

em Israel.

Compare isso com o tratamento dado aos palestinos. Qualquer resistência armada à ocupação militar, mesmo quando dirigida a soldados ou colonos ilegais, é imediatamente rotulada como terrorismo. Os mesmos atos que ajudaram a fundar Israel são celebrados; atos semelhantes dos oprimidos são demonizados.

Essa hipocrisia não é acidental – é fundamental.

A “Guerra” que Não é Guerra

Israel enquadra suas campanhas em Gaza como atos de guerra. No entanto, recusa-se a reconhecer a Palestina como um Estado e o Hamas como uma força combatente legítima. Essa ambiguidade deliberada permite que Israel escape de obrigações legais em ambas as direções: invoca as leis de guerra para justificar bombardeios, mas rejeita o status de **prisioneiro de guerra (POW)** para combatentes capturados. Cativos israelenses são chamados de “reféns”, independentemente do status militar, enquanto os palestinos são negados tanto os direitos legais quanto a dignidade humana.

Isso não é apenas uma contradição – é um sistema de **guerra assimétrica legitimada por manipulação jurídica**.

A Arma da Indigeneidade

A ideologia sionista reivindica uma conexão de 3.000 anos com a terra de Israel, frequentemente confundindo **herança espiritual** com **soberania política**. No entanto, a maioria dos judeus israelenses hoje são descendentes de **imigrantes europeus**, muitos dos quais chegaram no século XX. Enquanto isso, os palestinos – muçulmanos, cristãos e judeus – viveram continuamente na terra por gerações antes da Nakba de 1948.

Em 1917, mais de **95% da população da Palestina falava árabe**. O hebraico era uma língua litúrgica, não falada. A reivindicação de indigeneidade sionista frequentemente não serve para compartilhar a terra, mas para apagar completamente a presença palestina.

A verdadeira indigeneidade não é uma ferramenta para deslocamento – é um chamado à coexistência. O sionismo, no entanto, usou a linguagem do retorno para justificar a expansão colonial contínua.

Conclusão: Um Projeto Construído sobre Inversão

O sionismo, como praticado pelo Estado de Israel, inverte toda norma ética e jurídica que afirma defender. Exige um mundo onde:

- **Ocupação é defesa, e resistência é terror**
- **Etnocracia é democracia**
- **Memória histórica torna-se título de propriedade**
- **Criminosos de guerra tornam-se primeiros-ministros**

- **Dissidentes judeus são apagados, e nacionalismo judaico é equiparado à identidade judaica**

Aceitar essas inversões é aceitar uma realidade onde a verdade é o que o poder diz ser. Mas milhões de pessoas – palestinos, judeus antissionistas e aliados principistas – recusam-se a participar dessa farsa. Eles exigem que a lei seja aplicada igualmente. Que a democracia signifique igualdade. Que a história seja honrada, não explorada.

Opor-se ao sionismo não é opor-se aos judeus. É **ficar ao lado de judeus** como Einstein, que viu em sua violência um futuro de guerras sem fim. É exigir um mundo onde a justiça não seja suspensa para nenhum Estado, não importa o quão sagrado ele afirme ser.

O sionismo exigiu a suspensão da razão. Chegou a hora de acabar com essa farsa.